RELATOS DE EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, PESSOAS TRANS NA UNILAB: TRANSGREDINDO A ACADEMIA

Jamie Kalil Sousa Miranda[1]
Luma Nogueira De Andrade[2]

RESUMO

O trabalho produzido tem como finalidade apresentar a realidade de pessoas transgêneros na Universidade em especial na UNILAB (Universidade Brasileira alinhada à integração com os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), através do programa de iniciação cientifica “Pessoas Trans na UNILAB” esse projeto tem início na minha inserção enquanto bolsista no projeto coordenado e orientado pela Profa Dra Luma Nogueira de Andrade. Para a condução da pesquisa foram utilizados o método etnográfico, a observação participante, o apoio à população trans e a busca do seu bem-estar, o acolhimento de suas lutas. Através da escuta ativa, mantivemos os debates no CIEG-DANDARA e espaços abertos da universidade, sempre registrados e enfatizamos o questionamento sobre a existência ou inexistência de nossos corpos no ambiente universitário, como essas existências permanecem, como elas são atravessadas e quais áreas do conhecimento são oferecidas e se a UNILAB /CE está alinhado com os direitos das pessoas trans neste espaço de forma lícita, coerente, eficiente e integral. A realidade da transfobia nas escolas é dura e agravada pelos esforços da extrema direita para limitar e até proibir o debate sobre gênero.A discussão sobre a existência dessas pessoas passa a ser proibida e, portanto, a existência neste espaço passa a ser proibida. Pessoas trans sofrem todo tipo de assédio e violência, mesmo quando usam o banheiro. A adoção de uma política antitransfobia nas escolas é o primeiro passo para garantir que as pessoas trans possam concluir o ensino primário e ter melhores perspectivas de emprego e rendimento. Para ter acesso ao ensino superior, além de concluir o ensino básico, também é necessário passar no filtro social do vestibular.

Palavras-chave: Trans; universidade; pesquisa; permanência.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB), IH - Instituto de Humanidades, Discente, jamiekalil@aluno.unilab.edu.br[1]
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB), IH- Instituto de Humanidades, Docente, luma.andrade@unilab.edu.br[2]

ISSN: 2447-6161

INTRODUÇÃO

Em 2020 e 2021, apenas cinco universidades públicas brasileiras: Universidade Estadual da Bahia, Universidade Federal do Sul da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Universidade Fedral do ABC e Universidade do Estado do Amapá, alocaram cotas para aceitação de transexuais e travestis na graduação. Dados produzidos pelo GEMAA (Grupo de Estudo Multidisciplinar de Ações Afirmativas) mostram ainda que no mesmo período o número de vagas disponíveis para esse grupo caiu de 478 em 2020 para 98 em 2021. Em 2020, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) foi responsável pelo maior número de vagas para pessoas trans, 123 pelo SISU e 223 por vestibular próprio, num total de 346, representando 72% da oferta em 2020.

Mesma universidade liberou menos vagas para esse grupo, apenas 2 no total, destinadas ao curso de música do SISU. O maior número de vagas para pessoas trans no período analisado concentrou-se na região Nordeste. Das cinco universidades que promovem políticas de ações afirmativas para essa população, três estão localizadas no estado da Bahia (UNEB, UFSB e UEFS). Depois a região Sudeste com o estado de São Paulo (UFABC) e por último a região Norte com o Amapá (UEAP). As regiões Sul e Centro-Oeste são as únicas onde não foram identificadas políticas de ações afirmativas para aceitação de pessoas trans na graduação.

Faltam corpos trans na maioria dos espaços públicos, pessoas relegadas a espaços de marginalização, prostituição e subemprego. Alguns estudos relatam que até 90% das mulheres trans e travestis têm a prostituição como principal fonte de renda. Não é novidade que discutimos a questão do emprego e da renda como uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas pessoas trans. As travestis negras estão entre as que mais morrem por violência transfóbica no Brasil: 82% das pessoas trans assassinadas são negras, a maioria delas trabalhadoras do sexo de rua. Além da transfobia que nos tira do espaço, apenas 0,02% das pessoas trans têm acesso à universidade. Cerca de 72% das pessoas trans não concluíram o ensino médio e 56% nem concluíram o ensino fundamental. A exclusão familiar e escolar é uma parte importante da violência e da lógica que mantém a exclusão das pessoas trans do espaço público e do poder na sociedade.

Este trabalho é fruto da pesquisa realizada enquanto pesquisador de iniciação científica, datada do período letivo de 2022.1 até 2023.1. A pesquisa de iniciação científica, teve como público alvo, as pessoas trans da UNILAB/CE, mais especificamente, discentes. Tivemos como projeto de intervenção através da pesquisa, a presença, em salas de aula com debates sobre a população trans de modo geral e também específico da realidade da Academia, o adentramento em leituras bibliográficas para entendimento, aprofundamento e melhor visualização do cenário apresentado, debates também esses ocorridos em datas importantes como o Dia da Visibilidade Trans (29 de Janeiro), para um público mais amplo dentro da UNILAB/CE, contando com a presença também de servidoras e servidores terceirizados, a fim de levar com mais incisão o debate de gênero dentro dos espaços acadêmicos, buscando diretamente na população afetada, quais são as suas demandas e pertinências dentro da sua inserção universitária.

A presente pesquisa de iniciação científica, coordenada pela Profª Drª Luma Nogueira de Andrade, teve atuação nas cidades de Redenção e Acarape, no Ceará, tendo os Campus Liberdade e Auroras e a Unidade Acadêmica dos Palmares como seus locais de interlocuções, mais precisamente, contando com a ferramenta do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (CIEG-DANDARA), servindo para a facilitação e acolhimento das pessoas trans da UNILAB/CE, trazendo o elemento afetivo da pesquisa enquanto algo que necessita está presente no dia-a-dia do nosso trabalho enquanto comunidade e rede de apoio, nos alinhando e ficando a par também das necessidades que são demandas ao CAPAF.

ISSN: 2447-6161

METODOLOGIA

Segundo censo realizado de forma oral, por movimento da comunidade trans da Universidade através do grupo GELITRANS, foi constatada a matrícula de 15 pessoas trans/travesti, dentro da UNILAB, das quais, 8 foram diretamente entrevistadas e responderam um questionário com 19 perguntas sobre sua condição, em todos os aspectos, dentro da Academia, sendo o pesquisador um novo personagem, por se tratar de uma pessoa trans. Foi utilizado o método etnográfico, observação participante, para o desenrolar da pesquisa, dando apoio a população trans e buscando o bem-estar das/os mesmas/os, tendo suas lutas acolhidas.

Através da escuta ativa, mantivemos os debates sempre em evidência, colocando a importância de questionarmos a existência ou não de nossos corpos dentro do ambiente universitário, como essas existências permanecem, como são atravessadas e que campos dos saberes estão sendo as mesmas oferecidos e se a UNILAB/CE, está atendendo de forma legislada, coerente, coesa, eficaz e integral os direitos das pessoas transgêneros neste espaço. Buscando respostas a essas perguntas, entramos em campo e fomos conversar com a comunidade trans acadêmica, sobre como ocorrem/ ocorreram suas trajetórias dentro da Universidade, acompanhando desde a/o estudante que recém adentrou o espaço, com os alunos mais antigos, que trazem as diferentes práticas que lhe foram direcionadas dentro do mesmo lugar físico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Resultados positivos e negativos foram alcançados. Essas/esses estudantes, estão representados em 55,5% de mulheres trans e travestis, e 44,4% de homens trans e transmasculinos. Uma observação importante de ser feita é que as pessoas não-binárias encontradas e contatadas na Unilab/CE, não se sentiram confortável em responder o questionário voltado a população trans. Das/os alunas/os entrevistadas/os, colhemos dados em que delas/es 66,6% são estudantes do Instituto de Humanidades da UNILAB/CE, agora dirigido pela coordenadora da pesquisa, já citada, Profª Drª Luma Andrade, uma doutora, travesti de referência no que se trata de Educação, Gestão e Direitos Humanos.

Esses estudantes estão divididos nos cursos de Humanidades, Pedagogia, Antropologia, Sociologia e História, sendo esses cursos noturnos, o que torna o acesso algo talvez mais possível à vida acadêmica. Porém, todas/os entrevistadas/os são pessoas que estão longe de suas cidades natais, pois, como a UNILAB/CE é uma Universidade pautada na interiorização, esses estudantes são de interiores adjacentes ou da própria Fortaleza. Estes relatam no total de 100% a falta de amparo(socio-economico) e (porque precisa, manuntenção, expulsão de casa, sempre referencias) por parte da Universidade em acolhê-los e resguardá-los. Entendendo que são uma população de vulnerabilidade social- econômica, podemos tirar daí a necessidade de a Universidade se posicionar com relação a essas pessoas.

A decadência de amparo social- financeiro é latente, conseguimos observar e dialogar sobre estratégias, porém, atualmente ainda estamos a passos lentos caminhando junto ao CAPAF, para a regulamentação de um Edital Específico para pessoas trans, quilombolas, indígenas e ciganas,(referenciar o trabalho da sol) pois atualmente o que temos é vagas ociosas ofertadas e não uma quantidade previamente definida, para e especificamente essas populações, como é o caso da transgênero. O uso dos banheiros é outro agravante, quase 80% das/os estudantes não se sentem confiantes e confortáveis a adentrar este espaço de cuidados básicos e de necessidades fisiológicas, por medo de represálias, violência, assédio, entre outros agravantes.

Existem muitos relatos de que essa experiência de violência vem desde a escola, e se estende pela Universidade, com a falta de informação e preparo de quem compõem a Instituição. Sendo pedido inclusive

ISSN: 2447-6161

como apelo por parte de uma das estudantes entrevistadas, a necessidade de formação para os profissionais terceirizados, sobre a nossa existência nesses espaços, para que os mesmo não as repreendem ou dirijam qualquer tipo de constrangimento. Felizmente as coordenações dos cursos do Instituto de Humanidades tiveram avaliações positivas por parte das/os estudantes. O que não é exatamente uma realidade, por exemplo, no curso de Agronomia, onde um aluno trans deixa estampado o despreparo dos professores em acolhê-lo, protegê-lo e fortalecê-lo, excluindo o mesmo de espaços de pesquisa sem motivos justificáveis. A questão do nome sempre presente em pesquisas de pessoas trans, não soa diferente dentro desta, mas com alguma melhora percebida nas estudantes que entraram recentemente, pois estas encontraram menos burocracia, com relação a pedidos de utilização de nome social, isso se dar justamente pelas lutas já existentes dessas/es estudantes dentro da UNILAB/CE.

Se por um lado temos o tema da exclusão sistemática de pessoas trans e da necessidade de reparação, por outro temos a universidade pública como espaço de produção de conhecimento e pesquisa que subsidia a criação de políticas públicas. A presença de pessoas trans na universidade transforma profundamente o seu perfil social e impacta diretamente no conhecimento produzido. Alunos trans do curso de medicina apresentam com seus corpos a pressão material para que nossos corpos sejam discutidos nas disciplinas. Essa é uma das chaves para termos médicos que entendam essa realidade.

Um dos maiores desafios do movimento estudantil no último período tem sido a luta por uma política de auxílio estudantil que seja capaz de responder à transformação do perfil social da universidade obtida através de políticas de acesso. Além de poder acessar, essas pessoas precisam poder permanecer: a luta deve se concentrar em uma combinação de políticas de expansão de acesso (através de cotas trans, PCD e vestibulares indígenas onde ainda não existem) e políticas de auxílio estudantil.

CONCLUSÕES

Nesse sentido, além de garantir o acesso de trans e travestis às universidades públicas, é necessário garantir a sua permanência por meio da adoção de políticas de auxílio estudantil como as que começaram a ser implementadas a partir do Plano Nacional de Auxílio Estudantil. (PNAES), em 2008. O objetivo do PNAES é garantir que os estudantes possam superar dificuldades de acesso, permanência e sucesso nas instituições de ensino por meio de programas assistenciais específicos e de acompanhamento estudantil. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), quando as pessoas trans conseguem ingressar na universidade, enfrentam diversas dificuldades relacionadas à sua identidade e expressão de gênero, além de fatores sociais e econômicos.

Das 5 universidades que reservam vagas para trans e travestis, apenas 3 – UFABC, UFSB e UNEB – oferecem algum tipo de atendimento estudantil específico para essa população. Em 2018, a UFABC criou o regulamento da Comissão Especial para Transexuais, Transexuais e Travestis (CEPT), aprovado em fevereiro de 2023. A UNEB possui o Programa Afirmativo que visa conceder bolsas de pesquisa e extensão aos alunos cotistas, além de disponibilizar folhetos para professores. É necessário aumentar o número de vagas para a população trans por meio da construção de políticas de ações afirmativas em escala nacional, mas é urgente pensar em formas eficazes de permanência voltadas a esse grupo nos espaços universitários.

Este estudo evidencia a urgência de políticas públicas específicas para a população transgênero para permanência no espaço Universitário. A conexão com a escola também se mostra uma necessidade. Precisamos avançar cada vez mais no debate de gênero para podermos reivindicar essas pendências, tratando como medidas eficientes, resguardadas por leis e urgentes, pois, as precariedades em que a Universidade expõe mais ainda a população trans, já causou, causa e pode vir a causar a sua evasão, como

ISSN: 2447-6161

respondido pelas/os entrevistadas/os, que 88,8% já pensaram em desistir dos estudos e 55,5% já presenciaram esta situação na Instituição.

É essencial que compreendamos que apenas o movimento das pessoas trans não consegue alavancar e ganhar causas, mas como no CAPAF, as populações vulneráveis estão reunidas, se faz necessário entender que essa união deve se estender em todos os espaços acadêmicos, fortalecendo vínculos para conseguir suprir demandas e conseguirmos melhorar a realidade dessa população dentro da UNILAB/CE.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos especialmente a Pró- Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (PROPPG), pela oportunidade do PIBIC, ao Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (CIEG-DANDARA) por ter sido um porta-voz da comunidade trans dentro da UNILAB/CE, pela constante parceria, a Profª Drª Luma Nogueira de Andrade pela iniciativa de pensar essas problemáticas que foram estudadas e por coordenar e orientar este trabalho, e as alunas e os alunos entrevistadas/os, que confiaram a nós suas experiências e atravessamentos, para o bem comum.

REFERÊNCIAS

A hora é agora: cotas para pessoas trans nas universidades públicas já!. Esquerda Online, 2023. Disponível em:https://esquerdaonline.com.br/2023/06/28/a-hora-e-agora-cotas-para-pessoas-trans-nas-universidades-publicas-ja/?doing_wp_cron=1693953147.5573089122772216796875#:~:text=Al%C3%A9m%20da%20transfobia%20que%20nos,nem%20mesmo%20o%20ensino%20fundamental. Acesso em:03/08/2023.

Apenas cinco universidades públicas destinam vagas a pessoas trans. Gênero e Número, 2023. Disponível em: https://www.generonumero.media/artigos/universidades-publicas-cotas-trans-travestis/ Acesso em: 02/06/2023.

O apagão de dados das pessoas trans no ensino superior. Extra Classe, 2022. Disponível em: https://www.extraclasse.org.br/geral/2022/04/o-apagao-de-dados-das-pessoas-trans-no-ensino-superior/ Acesso em: 17/05/2023

O método etnográfico como um paradigma científico e sua aplicação na pesquisa. Periódicos ULBRA. Disponível em: http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/660/470#:~:text=O%20m%C3%A9todo%20etnogr%C3%A1fico%20%C3%A9%20usado,no%20uso%20da%20variada%20tecnologia. Acesso em: 19/06/2023.

ISSN: 2447-6161